7.1 — Os critérios de apreciação e ponderação dos métodos de selecção a utilizar, bem como o sistema de classificação final, que obedecerá a uma escala de 0 a 20 valores, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas das reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

8 — Apresentação das candidaturas:

8.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao conselho de administração do Hospital Distrital de Faro e entregue no Serviço de Expediente Geral deste Hospital, durante as horas normais de expediente, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, podendo ainda ser enviado pelo correio, sob registo, com aviso de recepção, o qual se considera apresentado dentro do prazo desde que expedido até ao termo do prazo fixado.

8.2 — Do requerimento deverão constar:

- Identificação completa (nome, filiação, estado civil, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, situação militar, se for caso disso, número fiscal, morada, código postal e telefone, se o tiver);
- Categoria profissional, se for caso disso;
- Habilitações literárias e profissionais;
- Identificação do concurso, mediante referência ao número, data e página do *Diário da República* onde se encontra publicado o aviso de abertura;
- Quaisquer outros elementos devidamente comprovados que o candidato entenda dever especificar para melhor apreciação do seu mérito.

8.3 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- Documento comprovativo da posse dos requisitos gerais para o provimento, previsto no n.º 6.1 do presente aviso, ou certidão passada pelos serviços a que se encontra vinculado, ou declaração, sob compromisso de honra, no próprio requerimento, da situação precisa em que se encontra relativamente a cada um dos requisitos gerais para o provimento em funções públicas, constantes do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 2 de Setembro;
- Documento das habilitações literárias e profissionais;
- Três exemplares do *curriculum vitae*, em formato A4, de que constem os elementos necessários à avaliação curricular, devidamente comprovados com certidões e declarações.

8.4 — O júri pode exigir a qualquer candidato, no caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

8.5 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

9 — A relação de candidatos admitidos e a lista de classificação final do concurso serão afixadas no *placard* do Serviço de Pessoal do Hospital Distrital de Faro.

10 — O júri do presente concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — Dr.ª Maria Rosa Nogueira Coelho Ferreira Silva, assessora superior do ramo de farmácia do Hospital Distrital de Faro.

Vogais efectivos:

Dr.ª Carminda Maria Bento Martins, assessora superior do ramo de farmácia do Hospital Distrital de Faro.

Dr.ª Brigita Maria Viegas, assessora do ramo de farmácia do Hospital Distrital de Faro.

Vogais suplentes:

Dr. Vasco Luís Costa Rocha Marçal, assistente do ramo de farmácia do Hospital Distrital de Faro.

Dr.ª Cármen Deonilde Rodrigues Silva Parreira, assistente do ramo de farmácia do Hospital Distrital de Faro.

11 — O presidente do júri será substituído pelo 1.º vogal efectivo nas suas faltas e impedimentos.

17 de Março de 2006. — O Administrador Hospitalar, *Victor M. G. Ribeiro Paulo*.

Hospital do Espírito Santo — Évora

Despacho n.º 7500/2006 (2.ª série). — *Subdelegação de competências.* — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º, 36.º e 37.º do Código do Procedimento Administrativo e do preceituado no n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, e no uso da autorização concedida através do n.º 7 da deliberação

n.º 267/2006, do conselho de administração, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 44, de 2 de Março de 2006, subdelego no administrador hospitalar Dr. Manuel Ilídio Borges da Fonseca Fialho as seguintes responsabilidades e competência:

- As responsabilidades de direcção dos Serviços de Aprovisionamento, de Transportes e Serviços Farmacêuticos;
- Dirigir e tomar as necessárias providências para, no âmbito da gestão corrente, assegurar o correcto funcionamento das áreas atrás referidas;
- Dar despachos e assinar a correspondência respeitante ao nível da direcção de serviços;
- Autorizar despesas ou actos que, necessários ao exercício das suas funções, não excedam o valor ou a responsabilidade de € 50 000, desde que com cabimento orçamental;
- Escolher o tipo de procedimento a adoptar nos casos do n.º 2 do artigo 79.º e do n.º 1 do artigo 205.º, ambos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;
- Nos procedimentos de empreitadas de obras públicas, locações e aquisições de bens e serviços, designar os júris e comissões de análise e delegar competência para proceder à audiência prévia;
- Preparar e instruir os processos de realização de despesas cujas competências de autorização estejam nos valores acima das suas competências e no âmbito do presidente e do conselho de administração;
- Proceder à prática dos actos consequentes ao acto de autorização de escolha e início do procedimento;
- Decidir sobre a justificação das faltas do pessoal sob sua responsabilidade;
- Propor e informar sobre a admissão de pessoal;
- Propor e informar sobre a realização de horas extraordinárias;
- Autorizar a venda de medicamentos que não se encontrem disponíveis nas farmácias exteriores de venda ao público.

A presente delegação produz efeitos a partir de 24 de Outubro de 2005, ficando por este meio ratificados todos os actos que, no âmbito dos poderes agora subdelegados, tenham sido praticados pelo referido administrador hospitalar.

8 de Março de 2006. — O Presidente do Conselho de Administração, *António Serrano*.

Despacho n.º 7501/2006 (2.ª série). — *Subdelegação de competências.* — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º, 36.º e 37.º do Código do Procedimento Administrativo e do preceituado no n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, e no uso da autorização concedida através do n.º 7 da deliberação n.º 267/2006, do conselho de administração, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 44, de 2 de Março de 2006, subdelego as seguintes responsabilidades e competências:

1 — No administrador hospitalar Dr. José Hermano Bravo Cosinha as responsabilidades de direcção do Serviço de Pessoal e do Serviço de Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho:

1.1 — Dirigir e tomar as necessárias providências para, no âmbito da gestão corrente, assegurar o correcto funcionamento das áreas atrás referidas;

1.2 — Dar despachos e assinar a correspondência respeitante ao nível da direcção de serviços;

1.3 — Autorizar a rescisão e caducidade dos contratos nos termos da lei;

1.4 — Autorizar a atribuição do estatuto de trabalhador-estudante nos termos da lei e das normas internas em vigor;

1.5 — Autorizar os pedidos de concessão de horários de amamentação, aleitação e acompanhamento dos filhos, após parecer do respectivo superior hierárquico;

1.6 — Justificar e injustificar faltas desde que observadas as disposições legais em vigor;

1.7 — Promover a verificação domiciliária da doença dos profissionais, bem como a sua submissão a junta médica;

1.8 — Autorizar e despachar os pedidos e licenças referentes à lei da maternidade e paternidade;

1.9 — Autorizar os pedidos de abono de vencimento de exercício perdido, nos termos legais e regulamentares;

1.10 — Praticar todos os actos subsequentes à autorização de destacamento, requisição, transferência, permutas e comissões extraordinárias;

1.11 — Reconhecer os acidentes de trabalho ou em serviço e autorizar o processamento das respectivas despesas;

1.12 — Autorizar os pedidos de alterações aos planos de férias;

1.13 — Autorizar a inscrição e participação de funcionários e agentes em estágios, congressos, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes realizadas no País ou no estrangeiro, em regime de comissão gratuita de serviço, após cumprimento das disposições legais e regulamentares;